

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Na tarde do dia 19 de janeiro de 2017 teve lugar um debate com o Ministro da Saúde, nos termos do disposto no artigo 225.º do Regimento da Assembleia da República.

Na sequência de questões colocadas pelos deputados do Grupo Parlamentar do PSD sobre a calendarização de novas unidades hospitalares, o Ministro da Saúde remeteu a sua resposta para um alegado documento de calendarização que exibiu no debate.

O Grupo Parlamentar do PSD solicitou, ainda no decurso do referido debate, a distribuição do referido documento a todos os grupos parlamentares, a fim de os deputados à Assembleia da República poderem conhecer quais as datas efetivas previstas para a calendarização dos novos hospitais por parte do Governo.

Em resposta a essa solicitação, o Ministro da Saúde afirmou, textualmente, que “*Nós vamos fazer chegar aos Senhores Deputados e aos Grupos Parlamentares o cronograma*” contendo a calendarização da construção dos hospitais, referindo-se, designadamente aos de Lisboa Oriental, de Évora, de Sintra e do Seixal.

Como o referido cronograma não fosse distribuído até ao final do debate em questão, logo antes do termo do mesmo o Grupo Parlamentar do PSD renovou o pedido de distribuição do cronograma em causa, recebendo como resposta do executivo, através do secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, que “*o Governo está disponível para fazer a distribuição da calendarização dos hospitais*”, reiterando ainda o mesmo membro do Governo, logo depois, que “*Nós entregaremos a calendarização dos quatro hospitais que foram aqui referenciados*”.

Inexplicavelmente, o referido documento não foi entregue aos deputados e aos grupos parlamentares durante o respetivo debate ou após o seu final, apesar da palavra dada por dois membros do Governo de que o distribuiriam de imediato e sem reservas.

Ora, de acordo com os preceitos constitucionais e regimentais aplicáveis, é à Assembleia da

República que incumbe o poder de fiscalizar a atividade do Governo e, por esse motivo, é conferido aos deputados o direito de requererem e obterem do Governo todos os elementos, informações que considerem úteis para o exercício do seu mandato.

Perante o não cumprimento do compromisso assumido pelo Ministro da Saúde de que entregaria o documento que mostrou durante o debate, os deputados do Partido Social Democrata vêm novamente requerer nos termos constitucionais e regimentais previstos que o Senhor Presidente da Assembleia da República tome as diligências necessárias junto do Governo no sentido do envio urgente do cronograma exibido pelo Ministro da Saúde no debate no plenário de 19 de Janeiro, no qual, alegadamente, se conterà a calendarização da construção dos novos hospitais e com cuja distribuição dois membros do Governo se comprometeram no referido debate.

Palácio de São Bento, sexta-feira, 20 de Janeiro de 2017

Deputado(a)s

MIGUEL SANTOS(PSD)

ÂNGELA GUERRA(PSD)

LUÍS VALES(PSD)

SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)